



Relatório e Contas 2025



Índice

Mensagem do Conselho de Administração.....	3
Enquadramento Macroeconómico e Setorial.....	6
Enquadramento Setorial	8
Atividade	11
Análise dos Rendimentos e Gastos Operacionais.....	18
Política de gestão de Riscos Financeiros.....	25
Perspetivas	26
Proposta de Aplicação de Resultados	30
Informação sobre a Sociedade e Órgãos Sociais	31
Apreciação e Certificação de Contas	39
Demonstrações Financeiras.....	39
Balanço	42
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	43
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	44
Demonstração de Fluxos de Caixa	45
Anexo às Demonstrações Financeiras	46
Anexos	85

Mensagem do Conselho de Administração

A GLOBALEDA, Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A., constituída em 1997, tem vindo a desenvolver a sua atividade em função das necessidades e expectativas do mercado da Região Autónoma dos Açores, contando igualmente com o apoio de uma equipa sediada em Lisboa.

A inovação, a diversificação do portefólio de serviços, a melhoria contínua e o compromisso com os clientes mantêm-se como pilares centrais da atuação da GLOBALEDA. Com uma equipa de técnicos qualificados, a empresa procura reforçar a sua posição como parceiro de referência no mercado regional, promovendo a eficiência, a qualidade dos serviços prestados e a proximidade aos clientes, com respeito pelo meio ambiente e atenção ao impacto da sua atividade nas comunidades onde se insere.

A GLOBALEDA mantém o seu compromisso com o desenvolvimento de aplicações para a gestão de sistemas inteligentes, assentes na sensorização de equipamentos. Estas soluções dirigem-se a áreas como a gestão urbana, a prevenção e alerta de catástrofes e a otimização de recursos hídricos e energéticos, contribuindo para práticas mais sustentáveis e eficazes.

A empresa pretende igualmente consolidar a promoção e comercialização dos seus produtos e serviços na área dos Sistemas de Informação Geográfica, bem como reforçar a sua presença em áreas com potencial de crescimento, como a Internet das Coisas, a cibersegurança e o desenvolvimento de plataformas de gestão e interação para a administração pública e para as empresas. Esta orientação reflete a aposta da GLOBALEDA na adaptação contínua às exigências do mercado e na criação de valor de forma sustentada.

Atualmente, a atividade da GLOBALEDA encontra-se estruturada em três áreas fundamentais: Engenharia de Telecomunicações, Agenciamento Vodafone e Sistemas de Informação.

A GLOBALEDA continua a destacar-se na operação e manutenção de redes, infraestruturas e equipamentos de telecomunicações, mantendo há vários anos uma relação de confiança com os

principais operadores nacionais de rede fixa e móvel. É igualmente reconhecida pela sua competência na conceção, projeto, fornecimento e instalação de soluções chave na mão na área das telecomunicações, com especial enfoque em redes móveis de radiocomunicações de emergência.

Na área de agenciamento Vodafone, os resultados de 2025 refletiram uma evolução menos favorável face ao exercício anterior, num mercado marcado por maior concorrência e pressão comercial de novos operadores de baixo custo.

Na área de Sistemas de Informação, o exercício de 2025 foi marcado pela continuidade na implementação de projetos já em curso, incluindo iniciativas integradas no PRR, mantendo-se limitada a criação de novas oportunidades. No segmento das autarquias locais, a aproximação do final do ciclo autárquico contribuiu igualmente para um menor dinamismo na tomada de decisões e no lançamento de novos investimentos.

Em paralelo, o mercado regional continua sujeito a maior concorrência, impulsionada pela globalização dos serviços e pela generalização de modelos de trabalho remoto, fatores que facilitam a entrada de novos operadores e aumentam a exigência sobre as empresas com presença local e regional.

Perante este enquadramento, a GLOBALEDA adotou uma gestão prudente, centrada na contenção de custos, na preservação da capacidade operacional e na continuidade da atividade.

A superação destes desafios continua a depender do envolvimento de todos, acionistas, órgãos de gestão e trabalhadores. Nem sempre será possível atingir todos os objetivos definidos, mas será sempre essencial ajustar a estratégia, responder com realismo ao contexto e identificar novas oportunidades de desenvolvimento.

No final do ano de 2025, através da Resolução do Conselho do Governo n.º 154/2025, de 17 de novembro de 2025, o Governo Regional dos Açores deu orientações à EDA – Electricidade dos

Açores, S.A., acionista maioritário, para iniciar o procedimento de alienação da participação social que detém na Globaleda – Telecomunicações e Gestão de Sistemas de Informação, S.A..

A GLOBALEDA agradece o empenho e o compromisso de todos ao longo deste percurso.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Jorge da Costa André

Fábio Alexandre Costa

Maria Conceição Costa Pimentel V. Arruda

Enquadramento Macroeconómico e Setorial

O ano de 2025 decorreu num contexto internacional ainda marcado por incerteza geopolítica, abrandamento do crescimento em várias economias avançadas e persistência de focos de tensão nos mercados energéticos e logísticos. Ainda assim, observou-se uma maior estabilização macroeconómica face ao período anterior, com desaceleração da inflação e progressiva normalização das condições monetárias na área do euro. O Banco Central Europeu reduziu as taxas diretoras em 2025, fixando a taxa da facilidade permanente de depósito em 2,0% a partir de junho, mantendo-a inalterada no final do ano. Na área do euro, o crescimento económico de 2025 foi estimado em 1,4%.

Em Portugal, a atividade económica manteve uma trajetória de crescimento moderado. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o Produto Interno Bruto aumentou 1,9% em 2025. Em paralelo, a inflação registou nova desaceleração, tendo a taxa média anual sido de 2,3% no país. Este enquadramento traduziu-se num contexto macroeconómico mais estável do que em 2024, embora ainda condicionado por custos de financiamento superiores aos observados no período anterior ao choque inflacionista e por um enquadramento externo sensível a riscos geopolíticos e comerciais.

Na Região Autónoma dos Açores, 2025 caracterizou-se igualmente por um contexto de crescimento moderado e inflação mais contida. Segundo o Serviço Regional de Estatística dos Açores, a taxa de inflação anual foi de 2,1%, abaixo da registada no conjunto do país, e a taxa média anual de desemprego foi estimada em 4,9%. Estes indicadores apontam para um enquadramento regional relativamente estável, embora persistam condicionantes estruturais associadas à dimensão do mercado, à dispersão geográfica, à escassez de recursos humanos qualificados em algumas atividades e à forte relevância do investimento público na dinâmica económica regional.

No plano do investimento público, o ano de 2025 continuou a ser fortemente influenciado pela execução dos instrumentos financiados por fundos europeus. No caso dos Açores, a execução

do PRR revelou progressos em várias componentes, embora com ritmos diferenciados entre áreas de investimento.

No que respeita ao setor de atividade da GLOBALEDA, que opera nas áreas das tecnologias de informação e comunicação, manteve-se em 2025 um enquadramento estruturalmente favorável, suportado pela continuidade dos processos de digitalização da Administração Pública, das autarquias e das empresas, bem como pela crescente relevância da conectividade, da cibersegurança e da modernização das infraestruturas tecnológicas. Ainda assim, a concretização efetiva de oportunidades de mercado continuou dependente da calendarização dos investimentos públicos, da execução dos programas cofinanciados e da capacidade de resposta técnica e operacional do mercado.

Em síntese, 2025 caracterizou-se por um enquadramento macroeconómico mais estável do que o do ano anterior, com crescimento moderado, inflação em desaceleração e continuidade dos programas de investimento público. Não obstante, mantiveram-se fatores de incerteza relevantes, designadamente ao nível da execução dos investimentos, da disponibilidade de recursos humanos especializados e, já em 2026, do agravamento do risco geopolítico internacional.

Enquadramento Setorial

Durante o ano de 2025, a GLOBALEDA orientou a sua atividade para a transformação digital, procurando responder às necessidades de entidades públicas e privadas na monitorização, digitalização e otimização de processos administrativos, operacionais, financeiros, logísticos e comerciais.

A atuação da empresa assentou na valorização dos Sistemas de Informação enquanto instrumentos de apoio à capacitação das organizações, através da disponibilização de ferramentas que permitem identificar ineficiências, apoiar a tomada de decisão e melhorar a relação com clientes e cidadãos.

Neste contexto, a GLOBALEDA prosseguiu a sua atividade na automatização de processos e no desenvolvimento de soluções tecnológicas ajustadas às necessidades dos clientes, embora 2025 tenha evidenciado menor dinâmica na criação de novas plataformas digitais.

A empresa prosseguiu igualmente a sua atividade no setor da comercialização de telecomunicações, tanto no segmento particular como empresarial, enquanto Agente Comercial VODAFONE, assegurando a gestão da sua rede de lojas na Região Autónoma dos Açores e a comercialização de equipamentos e serviços de telecomunicações móveis e fixas.

A atividade comercial permaneceu orientada para a proximidade ao cliente, para a qualidade do atendimento e para a preservação da carteira de clientes, num contexto de mercado mais exigente e competitivo.

A empresa adotou uma gestão prudente dos seus recursos, com enfoque no controlo de custos e na sustentabilidade da operação, num exercício que exigiu maior contenção e seletividade na afetação de meios.

Num mercado particularmente competitivo, a atividade comercial associada ao agenciamento VODAFONE decorreu sob forte pressão concorrencial, com impacto no desempenho do segmento e nas respetivas margens. Neste contexto, 2025 evidenciou uma evolução menos

favorável face ao exercício anterior, reforçando a necessidade de ajustamento da estratégia comercial às condições efetivas do mercado.

A VODAFONE manteve, na Região, uma abordagem seletiva no desenvolvimento de algumas vertentes da sua oferta, reforçando, ainda assim, a qualidade e a cobertura dos serviços móveis. O mercado regional permaneceu igualmente atento a desenvolvimentos estruturais com potencial impacto futuro nas condições de conectividade entre os Açores e o Continente, os quais poderão vir a influenciar a competitividade e a viabilidade económica de determinadas ofertas e serviços na Região.

Paralelamente, a GLOBALEDA prosseguiu a sua atividade na conceção, fornecimento, implementação e manutenção de soluções de comunicações chave na mão, assegurando infraestruturas e serviços especializados para redes privadas e corporativas. A empresa afirmou também a sua presença em áreas como redes móveis privadas, soluções IoT, monitorização remota e integração de tecnologias avançadas.

Neste enquadramento, a evolução do setor permaneceu dependente da concretização de investimento em infraestruturas, da capacidade de decisão das entidades clientes e da disponibilidade de financiamento para novos projetos.

No que respeita aos programas de apoio público, 2025 caracterizou-se maioritariamente pela execução de iniciativas já anteriormente lançadas, incluindo projetos enquadrados no PRR, sendo mais limitada a abertura de novas oportunidades com relevância material para a empresa. Em paralelo, começaram a surgir, ainda que de forma gradual e em pequena escala, algumas oportunidades associadas ao PO 2030.

A área da Internet das Coisas evidenciou potencial de crescimento, embora a adoção destas soluções na Região tenha permanecido gradual. Ainda assim, registaram-se sinais de interesse em aplicações associadas aos setores da energia, ambiente, infraestrutura crítica e monitorização remota.

A GLOBALEDA preservou também a sua presença no mercado regional da manutenção de infraestruturas de telecomunicações móveis, suportada na experiência acumulada e no conhecimento das especificidades operacionais da Região.

No segmento das Redes Móveis Privadas, a evolução em 2025 revelou-se limitada, refletindo um mercado com reduzida dinâmica de investimento e com uma concretização de oportunidades inferior ao potencial inicialmente identificado, sobretudo ao nível das autarquias.

A atividade da área de Sistemas de Informação permaneceu condicionada pela forte pressão concorrencial em procedimentos relevantes para a empresa, designadamente em segmentos onde a componente preço assumiu especial peso na decisão. Neste contexto, a GLOBALEDA assegurou a sua intervenção nas áreas em que conserva presença operacional e proximidade ao cliente.

A área de desenvolvimento aplicacional registou um nível de atividade reduzido, num contexto em que o mercado regional continua a privilegiar soluções de rápida implementação e menor complexidade de desenvolvimento. Perante esta realidade, a GLOBALEDA acompanhou oportunidades suscetíveis de reforçar a sua presença neste domínio, quer através da adequação da oferta, quer através do aprofundamento de parcerias.

A área de Sistemas de Informação Geográfica evidenciou um comportamento positivo, acompanhando a evolução do mercado e beneficiando da especialização técnica acumulada pela empresa. Esta valência afirmou-se como uma área relevante da atividade da GLOBALEDA, sustentada na capacidade de conceber, desenvolver e implementar soluções ajustadas às necessidades dos clientes.

Em resultado deste enquadramento, 2025 decorreu num contexto exigente para a GLOBALEDA, marcado por forte pressão concorrencial, menor dinamismo em alguns segmentos e necessidade de ajustamento à realidade do mercado. Ainda assim, a empresa procurou assegurar a continuidade da sua atividade, a execução dos projetos em curso e a preservação da sua capacidade operacional na Região Autónoma dos Açores.

Atividade

Em 2025, a atividade da GLOBALEDA, medida pelo volume de negócios, incluindo outros rendimentos operacionais, registou uma diminuição de 19%, comparativamente ao ano de 2024, devido essencialmente à ausência de negócio na área dos sistemas de informação, segmento que nos anos transatos representava um contributo relevante para os resultados da empresa.

(milhares de euros)

	2021	2022	2023	2024	2025	Varição 25/24 (%)
Vendas	808	523	1 459	843	451	-47%
Prestação de Serviço	8 931	6 224	5 692	3 510	2 964	-16%
Outros Rendimentos	169	176	170	190	259	36%
Total	9 908	6 923	7 321	4 543	3 674	-19%

No que respeita à composição do volume de negócios, os serviços de tecnologias de informação representaram 20%, enquanto os serviços de telecomunicações contribuíram com 40%. Por sua vez, as vendas de equipamentos informático e de telecomunicações, telemóveis e acessórios, foram responsáveis por cerca de 40% do volume de negócios de 2025.

Nº ativações	2021	2022	2023	2024	2025	Varição 25/24 (%)
Atividade da área do Consumo	22 257	29 844	28 422	26 439	23 791	-10%
Atividade da área Empresarial	5 651	5 173	7 200	5 947	5 085	-14%
Total	27 908	35 017	35 622	32 386	28 876	-11%

A atividade da GLOBALEDA, enquanto agente comercial Vodafone, apresentou uma redução de 11% no ano de 2025.

O número total de ativações registou um decréscimo na atividade dos dois setores, quando comparado com o ano de 2024. O setor empresarial, com 5 085 ativações, foi inferior em 14% comparativamente a 2024. O número de ativações no setor residencial também sofreu uma redução de 10%, de 26 439 em 2024 para 23 791 ativações em 2025.

(milhares de euros)

	2021	2022	2023	2024	2025	Varição 25/24 (%)	Estrutura 2025 (%)
Móveis	1 043	1 102	1 144	1 133	1 082	-4%	29%
Vendas Equipamentos Móveis	82	70	62	83	64	-23%	2%
Comissões e Outros Serviços	792	856	912	859	760	-12%	21%
Outros Rendimentos	169	176	170	190	259	36%	7%
Infraestruturas de Telecomunicações	1 863	1 479	2 437	1 644	1 562	-5%	43%
Venda equipamentos Telecomunicações	377	136	982	257	95	-63%	3%
Prestação Serviço equipamentos Telecomunicações	1 486	1 343	1 455	1 386	1 467	6%	40%
Sistemas de Informação	7 002	4 342	3 740	1 767	1 030	-42%	28%
Venda equipamentos Sistemas de Informação	349	317	415	503	293	-42%	8%
Prestação Serviço Sistemas de Informação	6 653	4 025	3 324	1 264	737	-42%	20%
Total	9 908	6 923	7 321	4 543	3 674	-19%	100%

As prestações de serviço das Infraestruturas de Telecomunicações englobam as atividades de conceção, projeto, fornecimento, instalação e manutenção de infraestruturas e equipamentos de telecomunicações, tendo atingido 1 467 milhares de euros, o que representa um incremento de 6% face ao ano anterior. Apesar deste crescimento, o setor continua condicionado pelo abrandamento que persiste no mercado das telecomunicações, refletindo-se numa menor procura de serviços.

No segmento das vendas de equipamentos de telecomunicações, verificou-se uma diminuição de 63%, explicada pelo facto de, no ano transato, as vendas terem sido ainda influenciadas pelo

fornecimento de equipamentos de rede WAN/LAN, no âmbito de um Concurso Público Internacional.

As prestações de serviços na área de Sistemas de Informação, que abrangem consultoria, conceção, desenvolvimento, fornecimento, instalação, implementação, manutenção e monitorização, totalizaram 737 milhares de euros, correspondendo a uma diminuição de 42% face a 2024. Esta quebra está diretamente associada à conclusão dos contratos de prestação de serviços informáticos em regime de outsourcing celebrados com a EDA.

As vendas de equipamento informático registaram uma variação negativa de 42% relativamente a 2024.

A GLOBALEDA mantém implementado o Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança (SGQAS), segundo os referenciais NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e NP EN ISO 45001. Em 2025, a aplicação do SGQAS permitiu reforçar a eficiência organizacional, promover o desenvolvimento das competências dos trabalhadores e da empresa e, conseqüentemente, assegurar a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

Recursos Humanos

No final de 2025 a GLOBALEDA contava com 70 colaboradores ativos com vínculo à empresa. Existem ainda mais 8 trabalhadores com vínculo laboral com a empresa, dos quais 5 estão requisitados por entidades públicas e 3 por duas empresas do Grupo. Para além destes, existem 4 trabalhadores, oriundos da EDA, em regime de cedência.

Recursos Humanos (*)	2021	2022	2023	2024 (**)	2025 (**)	Variação 25/24 (%)
Orgãos de Gestão	3	3	1	1	1	0,0%
Quadros Superiores	27	23	21	15	13	-13,3%
Contratos sem termo	26	23	21	15	13	-13,3%
Contratos a termo	1	0	0	0	0	-
Quadros Técnicos	60	59	55	50	49	-2,0%
Contratos sem termo	57	56	55	48	49	2,1%
Contratos a termo	3	3	0	2	0	-100,0%
Administrativos e Apoio	9	9	8	7	7	0,0%
Contratos sem termo	9	9	8	7	7	0,0%
Contratos a termo	0	0	0	0	0	-
Total Pessoal	99	94	85	73	70	-4,1%
Quadro Permanente	95	91	85	71	70	-1,4%
Contratos a termo	4	3	0	2	0	-100,0%
Pessoal EDA - Cedido	11	11	10	4	4	0,0%
Total	110	105	95	77	74	-3,9%
Gastos com Pessoal (mil euros)	2 764	2 845	2 639	2 488	2 331	-6,3%
variação anual (%)	8,1%	2,9%	-7,2%	-5,7%	-6,3%	
Gastos com Pessoal Cedido (mil euros)	650	685	671	321	234	-27,3%
Gastos Totais (mil euros)	3 414	3 530	3 310	2 810	2 565	-8,7%
Custo medio anual (mil euros)	31	34	35	36	35	-5,0%

(*) Numero de trabalhadores ao serviço em 31 de Dezembro

(**) Não inclui os trabalhadores cedidos à EDA e EDA Renováveis (4 em 2024; 3 em 2025)

Em 2025, os encargos com o pessoal totalizaram 2 331 milhares de euros, representando uma redução de 6,3% face ao período homólogo de 2024. Esta diminuição resulta essencialmente das rescisões contratuais ocorridas ao longo do ano.

A GLOBALEDA mantém trabalhadores nas ilhas de São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico e Faial, bem como em Lisboa, assegurando uma cobertura quase integral na RAA. A empresa dispõe de competências técnicas especializadas nas diversas áreas de serviço, para além da atividade de agente comercial Vodafone.

Ilha	2021	2022	2023	2024 (**)	2025 (**)	Variação 25/24 (%)
S. Miguel	74	68	64	52	50	-3,8%
Sta. Maria	0	0	0	0	0	-
Terceira	10	10	8	8	8	0,0%
S. Jorge	2	3	2	2	2	0,0%
Pico	4	4	3	4	4	0,0%
Faial	5	5	5	4	4	0,0%
Açores	95	90	82	70	68	-2,9%
Lisboa	4	4	3	3	2	-33,3%
Total	99	94	85	73	70	-4,1%

A este quadro de pessoal está associado um conjunto de competências fundamentais para o desenvolvimento das atividades da GLOBALEDA.

Qualificações Profissionais	2021	2022	2023	2024 (**)	2025 (**)	Variação 25/24 (%)
Quadros Superiores	30	26	22	16	14	-12,5%
Técnicos Manutenção	17	13	13	13	12	-7,7%
Técnicos Informática	10	13	13	11	11	0,0%
Técnicos Comerciais	33	33	29	26	26	0,0%
Técnicos Administrativos	9	9	8	7	7	0,0%
Total	99	94	85	73	70	-4,1%

A empresa promove uma cultura de serviço assente no conhecimento e no envolvimento de todos os seus trabalhadores, assegurando a integração, a partilha e a responsabilidade na criação de valor para a empresa, para os clientes e para os acionistas.

A valorização profissional materializada no reconhecimento do desempenho, na formação contínua e na participação em projetos desafiantes, reconhecidos pelos nossos clientes pela

forma colaborativa e pelo contributo de valor acrescentado, constitui um fator determinante de motivação, gratificação e diferenciação competitiva da empresa no mercado.

A certificação do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança (SGQAS) ao nível da segurança permitiu mitigar riscos para todos os que colaboram com a Globaleda, através da implementação de práticas alinhadas com as melhores referências internacionais e da disponibilização de formação especializada e adequada.



Evolução Económica e Financeira

De seguida, apresenta-se a Demonstração de Resultados, a qual reflete o desempenho económico obtido nos anos de 2025 e 2024, bem como a variação registada entre ambos, expressa em valor e em percentual.

(milhares de euros)

Demonstração Resultados	2024	2025	Variação 25/24	Variação 25/24 (%)
Rendimentos e Gastos				
Vendas e serviços prestados	4 353	3 415	938	0
Trabalhos para a própria entidade	13	0	12	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-742	-377	365	-1
Fornecimentos e serviços externos	-2 040	-1 445	595	0
Gastos com o pessoal	-2 488	-2 331	157	0
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0	-14	-14	1
Outros rendimentos e ganhos	177	259	-82	0
Outros gastos e perdas	-161	-8	152	-18
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-887	-501	387	1
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	-83	-85	-1	0
Resultado operacional (antes de gastos financiamentos e impostos)	-970	-586	385	1
Juros e rendimentos similares obtidos	13	8	5	-
Juros e gastos similares suportados	-7	-7	0	0
Resultado antes de impostos	-965	-585	381	1
Imposto sobre o rendimento do período	-10	-118	108	-1
Resultado líquido do período	-974	-703	272	0

Análise dos Rendimentos e Gastos Operacionais

Em 2025, o resultado líquido da GLOBALEDA foi negativo em 703 milhares de euros, o que representa uma melhoria de 272 milhares de euros face ao período homólogo.

Os Rendimentos Operacionais da empresa resultam das Vendas de equipamentos, Prestações de Serviços, e Outros Rendimentos e Ganhos associados à comercialização de comunicações móveis e equipamentos, enquanto agente Vodafone, da prestação de serviços na área das Infraestruturas de Telecomunicações e de Sistemas de informação.

No mesmo ano, os proveitos operacionais totalizaram 3 674 milhares de euros, o que corresponde a uma redução de 19% relativamente a 2024, período em que atingiram 4 543 milhares de euros.

(milhares de euros)

	2021	2022	2023	2024	2025	Variação 25/24 (%)	Estrutura 2025 (%)
Móveis	1 043	1 102	1 144	1 133	1 082	-4%	29%
Vendas Equipamentos Móveis	82	70	62	83	64	-23%	2%
Comissões e Outros Serviços	792	856	912	859	760	-12%	21%
Outros Rendimentos	169	176	170	190	259	36%	7%
Infraestruturas de Telecomunicações	1 863	1 479	2 437	1 644	1 562	-5%	43%
Venda equipamentos Telecomunicações	377	136	982	257	95	-63%	3%
Prestação Serviço equipamentos Telecomunicações	1 486	1 343	1 455	1 386	1 467	6%	40%
Sistemas de Informação	7 002	4 342	3 740	1 767	1 030	-42%	28%
Venda equipamentos Sistemas de Informação	349	317	415	503	293	-42%	8%
Prestação Serviço Sistemas de Informação	6 653	4 025	3 324	1 264	737	-42%	20%
Total	9 908	6 923	7 321	4 543	3 674	-19%	100%

Em 2025, os rendimentos provenientes da comercialização de comunicações móveis representaram 29% do Volume de negócios, considerando os rendimentos suplementares. Os

rendimentos associados ao projeto, instalação e manutenção de infraestruturas de comunicações corresponderam a 43%, enquanto os relativos aos Sistemas de informação representaram 28%.

As prestações de serviços totalizaram 2 964 milhares de euros, refletindo uma redução de 16% em relação a 2024. Esta diminuição resulta da estagnação no lançamento de novos procedimentos concursais e do adiamento das decisões relativas às propostas apresentadas pela Globaleda. Adicionalmente contribuiu para esta quebra o efeito da conclusão dos contratos de prestação de serviços informáticos em regime de outsourcing celebrados com a EDA.

	(milhares de euros)					
	2021	2022	2023	2024	2025	Varição 25/24 (%)
Vendas	808	523	1459	843	451	-47%
Vendas Equipamentos Moveis	82	70	62	83	64	-23%
Venda equipamentos Telecomunicações	377	136	982	257	95	-63%
Venda equipamentos Sistemas de Informação	349	317	415	503	293	-42%
Prestação de Serviço	8 931	6 224	5 692	3 510	2 964	-16%
Comissões e Outros Serviços	792	856	912	859	760	-12%
Infraestruturas de Telecomunicações	1 486	1 343	1 455	1 386	1 467	6%
Sistemas de Informação	6 653	4 025	3 324	1 264	737	-42%
Subsidio à Exploração	9	0	3	0	0	-
Subsidio à Exploração	9	0	3	0	0	-
Trabalhos para a própria entidade	0	12	2	13	0	-100%
Acti.Fixos Curso-FSE	0	12	2	13	0	-100%
Reversões de Imparidades de Clientes	1	9	0	0	0	-
Reversões de imparidades de Clientes	1	9	0	0	0	0%
Outros Rendimentos	159	155	165	177	259	47%
Outros Rendimentos Operacionais	159	155	165	177	259	47%
Total	9 908	6 923	7 321	4 543	3 674	-19%

Em 2025, os gastos operacionais totalizaram 4 260 milhares de euros, enquanto no ano anterior tinham ascendido a 4 543 milhares de euros, o que corresponde a uma diminuição de 23%.

Apesar deste decréscimo, a diminuição dos gastos não foi suficiente para compensar a quebra registada nos rendimentos operacionais obtidos pela atividade da empresa no mesmo período.

(milhares de euros)

Gastos Operacionais	2021	2022	2023	2024	2025	Variação 25/24 (%)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	615	430	1 326	742	377	-49%
Fornecimentos e serviços externos	6 305	3 556	3 845	2 040	1 445	-29%
Gastos com o pessoal	2 764	2 845	2 639	2 488	2 331	-6%
Amortizações	167	134	107	83	85	2%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	(9)	2	-	14	-
Outros gastos e perdas	14	11	133	161	8	-95%
Total	9 865	6 967	8 052	5 513	4 260	-23%

A diminuição verificada no Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (365 milhares de euros) resulta da redução das vendas de equipamentos nas três áreas de negócio.

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos atingiram 1 445 milhares de euros, representando 34% dos gastos operacionais. Estes gastos incluem os custos associados aos projetos de telecomunicações e sistemas de informação, bem como os relativos aos trabalhadores cedidos pela EDA. A redução de 29% está relacionada com a cessação da cedência ocasional de 6 trabalhadores da EDA, ocorrida durante o 1º semestre de 2024, bem como o efeito da conclusão dos contratos de prestação de serviços informáticos em regime de outsourcing celebrados com a EDA.

Os Gastos com pessoal representaram, em 2025, 55% dos gastos operacionais, totalizando 2 331 milhares de euros. A redução de 6% verificada nesta rubrica resulta da diminuição de 4 trabalhadores, decorrente das rescisões contratuais ocorridas durante o período. Esta redução compensou parcialmente o impacto do aumento associado à atualização salarial negociada com os sindicatos em 2025.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis ascenderam a 85 milhares de euros, representando um aumento de 2% face ao ano transato, consequência da aquisição, em 2025, de uma viatura para a área das telecomunicações.

Evolução da Posição Financeira

O Balanço da GLOBALEDA relativo aos períodos de 2025 e 2024, que apresenta a posição financeira e a estrutura de capitais da empresa é apresentado no quadro seguinte.

(milhares de euros)

BALANÇO	2025	2024	Variação 25/24	Variação 25/24 (%)
ATIVO NÃO CORRENTE	846	975	-129	-13%
Ativos fixos tangíveis	809	815	-6	-1%
Ativos intangíveis	15	27	-11	-43%
Outros investimentos financeiros	21	21	0	0%
Ativos por impostos diferidos	0	112	-112	-100%
ATIVO CORRENTE	2 167	2 522	-356	-14%
Inventários	160	162	-2	-1%
Clientes	997	690	307	44%
Estado e outros entes públicos	0	1	-1	-100%
Outros créditos a receber	403	424	-21	-5%
Diferimentos	32	65	-33	-50%
Caixa e depósitos bancários	574	1 180	-606	-51%
TOTAL DO ATIVO	3 012	3 497	-484	-14%
CAPITAL PRÓPRIO	1 549	2 252	-703	-31%
Capital subscrito	300	300	0	0%
Reservas legais	64	64	0	0%
Outras reservas	501	501	0	0%
Resultados transitados	1 386	2 361	-974	-41%
Resultado líquido do período	-703	-974	272	-28%
PASSIVO CORRENTE	1 464	1 245	218	18%
Fornecedores	491	263	228	87%
Estado e outros entes públicos	121	115	5	5%
Outras dívidas a pagar	634	681	-47	-7%
Diferimentos	218	186	32	17%
TOTAL DO PASSIVO	1 464	1 245	218	18%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	3 012	3 497	-484	-14%

O Ativo líquido na GLOBALEDA, no final de 2025, ascendeu a 3 milhões de euros, o que representa uma redução de 0,5 milhões de euros face ao valor registado em 2024.

O Ativo não corrente, que correspondeu a 28% do ativo total, totalizou 846 milhares de euros. A diminuição verificada de 13%, resulta essencialmente do desreconhecimento dos ativos por impostos diferidos para o prejuízo fiscal por existirem incertezas quanto à sua recuperabilidade nos próximos anos.

Em termos de Ativo corrente, destaca-se a diminuição em 50% das disponibilidades, resultante da redução do saldo de caixa e depósitos bancários face ao período homólogo, refletindo o uso destes recursos para fazer face às necessidades operacionais da empresa.

Os capitais próprios da GLOBALEDA, no montante de 1,5 milhões de euros, evidenciam uma redução de 31% face a 2024. Esta diminuição decorre do prejuízo apurado no período e da incorporação, em Resultados transitados, do prejuízo apurado no período anterior.

Ao nível do Passivo corrente, registou-se um aumento de 18%, explicado sobretudo pelo acréscimo da rubrica de fornecedores, associado à aquisição de materiais e serviços destinados a integrar as prestações de serviço em curso.

Indicadores Económico – Financeiros

(milhares de euros)

Indicadores	2021	2022	2023	2024	2025
Volume de Negócios (m€)	9 739	6 747	7 151	4 353	3 415
Varição Anual (%)	1%	-31%	6%	-39%	-22%
Custos Operacionais (m€)	9 865	6 976	8 052	5 513	4 260
Varição Anual (%)	10%	-29%	15%	-32%	-23%
EBITDA (EBIT + Amortizações) (m€)	210	81	-1 001	-887	-501
EBIT (Resultado Operacional) (m€)	43	-53	-1 085	-970	-586
Resultado Líquido	25	-55	-703	-974	-703
Capitais Próprios (m€)	3 929	3 861	1 549	2 252	1 549
Liquidez Geral (%)	198%	185%	174%	203%	148%
Ativo Corrente/Passivo Corrente					
Autonomia Financeira (%)	57%	53%	52%	64%	51%
Capital Próprio/Ativo Líquido					
Solvabilidade	133	114	107	181	106
Capital Próprio/Capital Alheio					
Solvabilidade Total (N)	2,33	2,14	2,07	2,81	2,06
Ativo Líquido/Passivo Total					
Rentabilidade Líquida (%)	0,3%	-0,8%	-8,9%	-22,4%	-20,6%
Resultado Líquido / Volume de Negócios					

Política de gestão de Riscos Financeiros

No âmbito da gestão de riscos financeiros, a GLOBALEDA não está exposta ao risco cambial, dado que não realiza negócios com expressão fora da União Europeia, nem ao risco de taxa de juro, uma vez que não possui empréstimos. No entanto, está sujeita a risco de crédito, agravada devido à concentração significativa de faturação em poucos clientes. Por sua vez, o risco de liquidez está minimizado pelos valores que a empresa mantém em reservas financeiras.

Para mitigar o risco de crédito, a GLOBALEDA irá reforçar os seus esforços de cobrança e manter a sua política rigorosa de constituição de imparidades, refletindo adequadamente os riscos associados a clientes devedores.

Perspetivas

A Região Autónoma dos Açores em 2025 ficou marcada pela fase final de execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujo horizonte de concretização se aproxima do termo, e pelo início gradual de oportunidades associadas ao Programa Operacional Açores 2030.

Estas fontes de financiamento mantiveram relevância para a modernização da Administração Pública, das infraestruturas e dos serviços, embora num contexto distinto do observado em anos anteriores. Se, por um lado, o PRR entrou numa fase mais centrada na execução de iniciativas já aprovadas, por outro começou a emergir, ainda que de forma gradual, a dinâmica associada ao PO Açores 2030.

Neste enquadramento, a capacidade de resposta das empresas tecnológicas da Região continuou a depender da sua especialização, escala e aptidão para estabelecer parcerias que reforcem a participação em oportunidades de maior dimensão e complexidade.

Neste contexto, a criação de parcerias entre empresas regionais e nacionais continua a assumir particular importância, quer para reforçar a capacidade de intervenção no mercado, quer para promover a retenção na Região de investimento e conhecimento técnico associado à execução dos projetos.

Consciente desta realidade, a GLOBALEDA tem procurado posicionar-se como um agente ativo neste processo, assente numa estratégia orientada para a disponibilização de soluções tecnológicas ajustadas às necessidades do mercado, para a prestação de serviços de consultoria e apoio à identificação das soluções mais adequadas para entidades públicas e privadas, e para a participação em projetos com relevância para a modernização tecnológica da Região.

No atual contexto da empresa, o Conselho de Administração manteve os seguintes objetivos estratégicos:

Reforçar a solidez e a sustentabilidade financeira;

A melhoria dos níveis de satisfação e confiança dos clientes;

A valorização do posicionamento da GLOBALEDA no mercado; e

Estimular o desenvolvimento dos nossos colaboradores.

Para a concretização desta estratégia, a GLOBALEDA definiu as seguintes áreas de atuação no mercado onde a empresa se situa:

Cuidado ao cidadão - Digitalizar e automatizar processos

A GLOBALEDA tem como objetivo posicionar-se como líder regional tanto na área da automatização dos processos quanto na vertente conhecida como “cuidado ao cidadão”. Desde o desenvolvimento ou redesenho de processos até à implementação de soluções de sensorização em edifícios e infraestruturas, à otimização da mobilidade empresarial e das equipas, à criação de presenças online interativas, à promoção da telemedicina e teleassistência, e ao envolvimento estratégico dos cidadãos, pretendemos desempenhar um papel ativo na sensibilização dos decisores do setor privado e público para a importância da automatização e simplificação dos seus processos. Sejam processos administrativos, de produção, financeiros, logísticos ou comerciais, destacaremos o potencial da digitalização e da automatização na aceleração da tomada de decisões, na redução de riscos e na promoção da conformidade e governança eficazes de processos, pessoas e dados.

Adicionalmente, a GLOBALEDA visa contribuir para a desburocratização, a maior celeridade na resposta, a otimização dos diferentes recursos, humanos e tecnológicos, e a maior transparência da atuação dos diferentes organismos e seus responsáveis, com foco na crescente disponibilidade de serviços e na maior proximidade e satisfação dos cidadãos. Para tal, quer dotá-los do potencial quase inesgotável das tecnologias de informação, ajudando-os a encontrar as melhores soluções disponíveis para o tratamento de grandes volumes de dados (*Big Data*), a robotização de processos (RPA) e a incorporação de tecnologias de aprendizagem, como o *Machine Learning* e a Inteligência Artificial.

Capacitar, valorizar e reter *know-how*

O conhecimento continua a ser um fator determinante para o desenvolvimento da empresa e da Região. A disponibilidade de recursos qualificados e a capacidade de preservar competências técnicas mantêm-se como elementos essenciais para responder às exigências do mercado regional e para sustentar a competitividade da GLOBALEDA nos diferentes setores em que atua.

Neste contexto, a GLOBALEDA reconhece a importância da articulação com entidades do sistema de ensino e formação, bem como da valorização do conhecimento técnico enquanto ativo estratégico para a empresa.

A criação, preservação e retenção de *know-how* continuam, assim, a constituir vetores relevantes para a atividade da GLOBALEDA e para o reforço da capacitação regional.

Reforçar as parcerias tecnológicas

Ao longo da sua atividade, a GLOBALEDA tem procurado afirmar-se como uma empresa aberta à introdução e aplicação de soluções tecnológicas avançadas, promovendo a aproximação entre parceiros regionais e entidades externas com competências complementares.

Esta abordagem tem permitido reunir conhecimento, experiência e capacidade de execução, com vista ao desenvolvimento de soluções ajustadas às necessidades do mercado regional e nacional.

A diversidade das áreas de intervenção da empresa, associada aos diferentes níveis de exigência técnica e à limitada disponibilidade de recursos humanos qualificados, reforça a importância do estabelecimento de parcerias tecnológicas que contribuam para a disponibilização das soluções mais adequadas a cada contexto.

Gerir as “*Smart Islands*”

A GLOBALEDA, reconhecida na região pela sua experiência em engenharia e construção de redes de rádio, como as redes de radiocomunicações da Proteção Civil e várias redes privadas de autarquias locais, tem como objetivo ampliar esse conhecimento.

Pretendemos aplicá-lo no desenvolvimento de soluções e na oferta de serviços para a gestão das comunidades, incentivando a adoção do conceito de “cidades inteligentes” (Smart Cities) integradas numa abordagem mais ampla de “Smart Islands”. O nosso objetivo é desempenhar um papel ativo no fornecimento de soluções que fortaleçam a ligação entre os cidadãos e as suas cidades, concelhos ou ilhas.

Promover a Consultoria Tecnológica e Estratégica

Como empresa sediada na RAA, conhecedora do mercado regional, queremos ter um papel fulcral na definição da estratégia para a integralidade das medidas e ações a desenvolver pelo Governo dos Açores, no âmbito da modernização da Administração Pública Regional, de forma a assegurar transparência, complementaridade, simplicidade, univocidade e comodidade nos canais e formas de relacionamento das Entidades Públicas com o Cidadão.

Proposta de Aplicação de Resultados

De acordo com a alínea j) do artigo 16.º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe aos senhores acionistas que o Resultado Líquido negativo apurado no exercício, no montante de 702 751,82 euros (setecentos e dois mil e setecentos e cinquenta e um euros e oitenta e dois cêntimos), seja transferido para Resultados Transitados.

Ponta Delgada, 16 de março de 2026

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Fábio Alexandre Costa

Maria Conceição Costa Pimentel V. Arruda

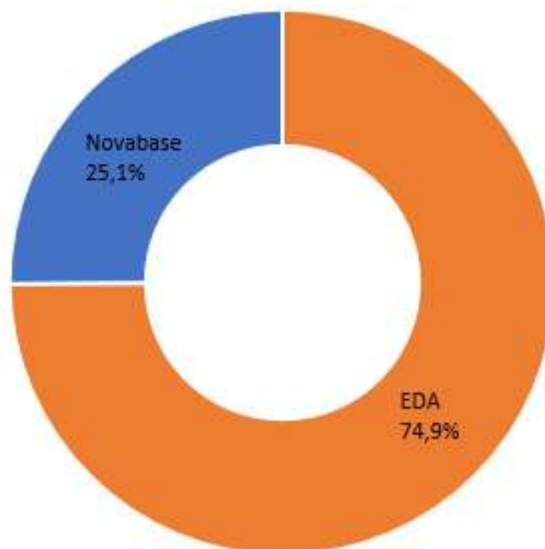
Informação sobre a Sociedade e Órgãos Sociais

A GLOBALEDA é uma empresa pública que integra o sector público empresarial da Região Autónoma dos Açores. É-lhe aplicável o regime aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008 /A, de 24 de março. De acordo com o art.º 16.º daquele diploma, os relatórios anuais das empresas públicas regionais, além dos elementos que caracterizam as respetivas situações económicas e financeiras, deverão conter um conjunto de informações que de seguida se explicitam.

Estrutura acionista

O capital social da GLOBALEDA, no montante de 300 milhares de euros, é representado por 60 000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada.

A repartição do capital por investidor da estrutura acionista da GLOBALEDA a 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:



Orientações Estratégicas

As orientações estratégicas aplicáveis à GLOBALEDA, S.A. estão vertidas nas propostas de Plano Plurianual e do Orçamento que, anualmente, a Assembleia Geral aprova. O referido documento é publicado no site da empresa em www.globaleda.pt, na seção Documentos Institucionais.

Estrutura e Composição dos Órgãos Sociais

O Governo Societário da empresa, de acordo com n.º 1 do art.º 7.º do pacto social, tem a seguinte configuração: Assembleia Geral, Conselho de Administração e Fiscal Único.

Os Órgãos Sociais para o triénio 2024/2026 foram eleitos em Assembleia Geral realizada no dia 24 de junho de 2024. A composição durante o ano de 2024 e até à data da aprovação das contas, foi a seguinte:

Conselho de Administração

Presidente: Paulo Jorge da Costa André

Administrador: Fábio Alexandre Costa

Administrador: Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: María del Carmen Gil Marín

Secretário: José Emanuel Lopes Fernandes



Fiscal Único

Efetivo: UHY - OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, Lda., representada por
Manuel Luís Fernandes Branco, ROC n.º 652

Suplente: António Tavares da Costa Oliveira, ROC n.º 656.

Principais Elementos Curriculares de cada um dos Membros do Órgão de Gestão e Administração

Paulo Jorge da Costa André: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, Ramo de Energia e Sistemas pelo Instituto Superior Técnico, em 1999. Pós-Graduação em Ambiente, Saúde e Segurança pela Universidade dos Açores, em 2005. Administrador Executivo da EDA entre março de 2021 e junho de 2023. Diretor de Construção de Infraestruturas e Equipamentos da EDA entre 2015 e 2021. Chefe de Departamento de Construção de Equipamentos de Produção da EDA de 2006 a 2015. Gestor de Projeto na EDA de 2004 a 2006. Quadro Superior de Engenharia na Direção de Produção da EDA entre 2001 e 2003. Técnico Comercial da SEGMA de 1999 a 2000. Acumula a atual função com os cargos de Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da EDA – Electricidade dos Açores, S.A., desde junho de 2023, e de Presidente do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A., desde junho de 2023.

Fábio Alexandre Costa: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, ramo Telecomunicações e Eletrónica pelo Instituto Superior Técnico, no ano letivo de 2001/02. Integrou na GLOBALEDA em 2002, em 2004 foi nomeado Coordenador Departamento de Manutenção Infraestruturas Móveis da GLOBALEDA e em setembro 2013 foi nomeado Diretor Técnico do mesmo departamento. Foi Coordenador do Colégio de Engenharia Eletrotécnica da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros. Em outubro de 2019 foi nomeado Vogal do Conselho de Administração da GLOBALEDA, até a esta data.

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda: Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores. Administradora Executiva desde 31 de março de 2023. Gerente da SEGMA entre 4 de fevereiro de 2021 e 31 de março de 2023. Administradora da EDA Renováveis desde julho de 2024. Funções na EDA: Administradora Executiva desde 4 de fevereiro de 2021. Diretora de Finanças e Seguros desde 2013; Coordenadora do Gabinete de Auditoria Interna de 1/1/2010 a 11/7/ 2013; Coordenadora do Grupo de Atividades de Gestão Financeira e Seguros de janeiro de 2001 até 31 de dezembro de 2009; Técnica Superior, com funções técnicas no Centro de Exploração de São Miguel e na Direção de Estudos e Desenvolvimento (Investimentos) de 1996 a 2000 e com funções técnicas no Departamento

Central de Coordenação Económica (Planeamento) de 7 setembro de 1987 até 17 de janeiro de 1991. Na Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, foi Diretora Regional da Habitação de 2 de dezembro de 1994 até outubro de 1996 e Diretora do Gabinete de Organização e Gestão Financeira de 18 de janeiro de 1991 até 1 de dezembro de 1994.

Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações dos Órgãos Sociais foram fixadas pela Assembleia Geral em 24 de junho de 2024, que determinou para o mandato 2024/2026 as seguintes remunerações e benefícios sociais:

O Presidente do Conselho de Administração e a Administradora Executiva sem remunerações pelo exercício destas funções, atendendo a que são remunerados pela EDA.

Administrador Executivo – com a componente fixa de remuneração mensal ilíquida, a processar 14 vezes por ano, no montante já fixado para o triénio anterior para os Administradores Executivos, isto é, de 5.546,37 € (cinco mil, quinhentos e quarenta e seis euros e trinta e sete cêntimos).

Os valores remuneratórios brutos e outros encargos dos Órgãos Sociais no ano de 2024 correspondem a:

Orgão de Gestão	Remunerações Brutas	Benefícios Sociais e Encargos	Total	Situação
Orgão de Gestão Executivo 1	77 649,18 €	22 972,66 €	100 621,84 €	Atual

Indicação do Número de Reuniões do Órgão de Gestão e Administração com Referência Sucinta às Matérias Versadas

De acordo com os estatutos da empresa o Conselho de Administração (CA) reúne com a periodicidade que ele próprio determinar e sempre que for convocado pelo seu presidente ou por dois administradores. Durante o ano de 2025 o CA realizou 9 (nove) reuniões para aprovar 70 Deliberações (DL) sobre os assuntos relativos à gestão estratégica e corrente da sociedade. Para cada reunião do CA foi elaborada uma ata com as deliberações relativas aos assuntos tratados.

Na primeira reunião, a 7 de fevereiro, entre outras decisões, ocorreu a aprovação do Regulamento de Acesso, Circulação e Permanência nas instalações do grupo EDA. Foi nomeado responsável pelo Controlo Normativo na Globaleda, S.A. o Diretor da Direção de Auditoria Interna da Electricidade dos Açores, S. A.. Foram cessadas 5 cedências de posição contratual de trabalhadores da EDA e efetuadas 3 integrações no quadro de pessoal. Foram aprovados os orçamentos de tesouraria de outubro de 2024 a janeiro de 2025 e aprovadas as contas de janeiro a setembro de 2024. O Conselho de Administração tomou conhecimento e aprovou a programação das atividades inerentes à elaboração da proposta do Plano Estratégico Plurianual e Orçamento para 2026. Foi aprovado o Relatório Anual de Segurança do Ciberespaço relativo ao ano de 2024, para os efeitos estabelecidos no Artigo 8º do Decreto-Lei n.º 65/2021 de 30 de julho, e do Artigo 5.º do Regulamento n.º 183/2022 de 21 de fevereiro.

A 17 de março de 2025, o Conselho de Administração aprovou a Proposta do Relatório e Contas relativo ao exercício de 2024, bem como a correspondente Proposta de Aplicação de Resultados. Formando com a EDA, Eda Renováveis e a SEGMA um agrupamento de entidades adjudicantes foi celebrado um contrato de seguro de saúde, na vertente estomatologia, para os colaboradores da empresa.

Na terceira reunião, a 22 de abril de 2025, foi aprovado o Relatório de Avaliação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, PPR GEDA, de 2024.

A 27 de junho de 2025, o Conselho de Administração aprovou os orçamentos de tesouraria de março a agosto de 2025 e procedeu à renovação de apólices dos seguros de acidentes pessoais em viagem, de transporte de mercadorias de danos patrimoniais e de responsabilidade civil. Foram analisadas as contas de maio de 2025.

A 5 de setembro de 2025, foram aprovados a nova versão do Regulamento de Acesso, Circulação e Permanência nas Instalações do Grupo EDA, o orçamento de tesouraria de junho a setembro, e os valores máximos de aquisição de equipamentos e de plafond anual de comunicações móveis (voz e dados). Foi adjudicada a prestação de serviços de consultoria de Qualidade, Ambiente e Segurança, pelo período de doze (12) meses.

Na sexta reunião, a 20 de outubro de 2025, foram aprovados o orçamento de tesouraria de agosto a outubro, o Relatório de Avaliação Intercalar do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, PPR GEDA, 2023-2025, e a renovação de uma licença sem vencimento.

A 27 de outubro de 2025 o Conselho de Administração, formando com a EDA, Eda Renováveis e a SEGMA um agrupamento de entidades adjudicantes foi tomada a decisão de contratar um de seguro de saúde para os colaboradores da empresa.

Na oitava reunião, a 3 de dezembro de 2025 o Conselho de Administração deliberou aprovar a proposta do Plano Plurianual e Orçamento para 2026.

A 19 de dezembro de 2025, na nona e última reunião, o Conselho de Administração aprovou os orçamentos de tesouraria de outubro de 2025 a janeiro de 2026, e as contas do terceiro trimestre. Foram designados os responsáveis pelos edifícios da empresa e adjudicado o contrato do seguro de saúde a vigorar no ano seguinte, bem como os contratos de seguro da frota automóvel e de acidentes de trabalho para o ano 2026.



Ações próprias

Em 31 dezembro de 2025 a empresa não detinha ações próprias.

Negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não existem quaisquer situações previstas no artigo 397.º do CSC.

Sucursais da sociedade

A empresa não tem quaisquer sucursais.

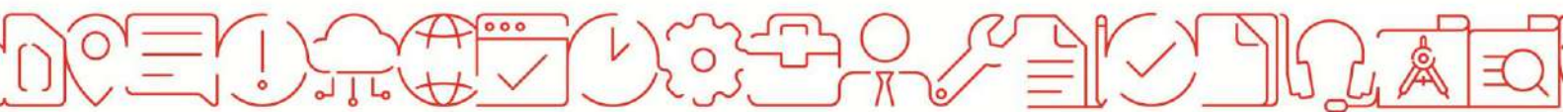
Factos relevantes ocorridos após o termo do Período

Não ocorreram factos relevantes após o termo do período.



Apreciação e Certificação de Contas

Demonstrações Financeiras





Índice das Demonstrações Financeiras

Balanço.....	42
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	43
Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....	44
Demonstração de Fluxos de Caixa.....	45
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	46
1. Introdução.....	46
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	47
3. Principais políticas contabilísticas.....	48
4. Fluxos de caixa.....	62
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	63
6. Ativos fixos tangíveis.....	64
7. Ativos intangíveis.....	66
8. Outros investimentos financeiros.....	66
9. Ativos por impostos diferidos.....	67
10. Inventários.....	68
11. Clientes.....	69
12. Estado e outros entes públicos.....	70
13. Outros créditos a receber.....	70
14. Diferimentos.....	70
15. Capital subscrito.....	71
16. Reservas legais e resultados acumulados.....	72
17. Fornecedores.....	72
18. Outras dívidas a pagar.....	73
19. Vendas e serviços prestados.....	74
20. Trabalhos para a própria empresa.....	74
21. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas.....	74
22. Fornecimentos e serviços externos.....	75
23. Gastos com pessoal.....	75
24. Outros rendimentos.....	76
25. Outros gastos.....	76
26. Gastos e rendimentos financeiros.....	77



27. Imposto sobre o rendimento	77
28. Contingências	78
29. Partes relacionadas.....	79
30. Políticas de gestão de Risco	82
31. Disposições legais	83
32. Eventos subsequentes.....	84

Balanço

		31 de dezembro	
		2025	2024
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	809 487	81 5 032
Ativos intangíveis	7	15 400	26 796
Outros investimentos financeiros	8	20 950	20 950
Ativos por impostos diferidos	9	-	111 781
		845 837	974 560
Corrente			
Inventários	10	1 60 226	1 62 187
Clientes	11	996 717	690 204
Estado e outros entes públicos	12	-	871
Outros créditos a receber	13	403 207	423 871
Diferimentos	14	32 372	65 058
Caixa e depósitos bancários	4	574 094	1 180 084
		2 166 616	2 522 274
Total do ativo		3 012 454	3 496 834
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	15	300 000	300 000
Reservas legais	16	64 464	64 464
Outras reservas	16	500 866	500 866
Resultados transitados	16	1 386 288	2 360 776
Resultado líquido do período		(702 752)	(974 488)
Total do capital próprio		1 548 866	2 251 618
Passivo			
Corrente			
Fornecedores	17	490 831	262 614
Estado e outros entes públicos	12	1 20 909	115 459
Outras dívidas a pagar	18	633 767	680 767
Diferimentos	14	218 081	186 377
		1 463 588	1 245 217
Total do passivo		1 463 588	1 245 217
Total do capital próprio e do passivo		3 012 454	3 496 834

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Catarina Isabel Raposo

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Fábio Alexandre Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Demonstração dos Resultados por Naturezas

	Nota	Período	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	19	3 415 297	4 353 262
Trabalhos para a própria empresa	20	-	13 444
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21	(376 852)	(741 600)
Fornecimentos e serviços externos	22	(1 444 692)	(2 039 744)
Gastos com o pessoal	23	(2 331 251)	(2 488 148)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	(1 414 2)	-
Outros rendimentos	24	258 800	1 76 543
Outros gastos	25	(8 322)	(1 60 528)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(501 163)	(886 770)
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(84 513)	(83 131)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(585 676)	(969 901)
Juros e rendimentos similares obtidos	26	8 071	12 709
Juros e gastos similares suportados	26	(7 442)	(7 454)
Resultado antes de impostos		(585 046)	(964 647)
Imposto sobre o rendimento do período	27	(117 706)	(9 841)
Resultado líquido do período		(702 752)	(974 488)
Resultado por ação básico		(11,71)	(16,24)

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Catarina Isabel Raposo

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Fábio Alexandre Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda



Demonstração das Alterações no Capital Próprio

	Nota	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2024		300 000	64 464	500 866	2 995 979	(635 203)	3 226 106
Alterações no período							
Aplicações dos resultados	16	-	-	-	(635 203)	635 203	-
		-	-	-	(635 203)	635 203	-
Resultado líquido do período						(974 488)	(974 488)
Resultado integral						(974 488)	(974 488)
A 31 de dezembro de 2024		300 000	64 464	500 866	2 360 776	(974 488)	2 251 618
A 1 de janeiro de 2025		300 000	64 464	500 866	2 360 776	(974 488)	2 251 618
Alterações no período							
Aplicações dos resultados	16	-	-	-	(974 488)	974 488	-
		-	-	-	(974 488)	974 488	-
Resultado líquido do período						(702 752)	(702 752)
Resultado integral						(702 752)	(702 752)
A 31 de dezembro de 2025		300 000	64 464	500 866	1 386 288	(702 752)	1 548 866

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Catarina Isabel Raposo

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Fábio Alexandre Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Demonstração de Fluxos de Caixa

	Notas	Período findo em 31 de dezembro	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		4 040 198	8 210 014
Pagamentos a fornecedores		(1 956 357)	(4 510 212)
Pagamentos ao pessoal		(2 275 444)	(2 374 700)
Caixa gerada pelas operações		(1 91 604)	1 325 102
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		871	(1 687)
Outros recebimentos/pagamentos		(342 008)	(555 547)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		(532 741)	767 868
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1 02 743)	(1 4 907)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		22 711	19 635
Juros e rendimentos similares		6 783	10 382
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(73 249)	15 110
Varição de caixa e seus equivalentes		(605 990)	782 978
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1 180 084	397 105
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	574 094	1 180 084

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Catarina Isabel Raposo

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Fábio Alexandre Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Introdução

A Globaleda – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A., (referida neste documento como Globaleda ou Empresa) foi constituída em 23 de setembro de 1997 e tem como objeto a conceção, estudo e acompanhamento de projetos na área das telecomunicações e dos sistemas de informação, bem como na comercialização de telefones móveis celulares, com sede na Rua Eng. José Cordeiro n.º 6.

A Globaleda desenvolve como atividades principais:

- i) Atividade de consultadoria, desenvolvimento e operação de sistemas informáticos, designadamente prestação de serviços de consultadoria, ao abrigo do contrato outsourcing EDA;
- ii) Comercialização de telemóveis e acessórios – a Globaleda é representante da Vodafone, possuindo uma rede de lojas com imagem 100% Vodafone e efetuando a promoção de produtos de propriedade da Vodafone; e
- iii) Operação e manutenção de infraestruturas de telecomunicações – a Globaleda assegura a operação e manutenção de todas as redes de telecomunicações privadas da EDA e de outros operadores de telecomunicações.

A Globaleda pertence ao Grupo EDA, sendo detida em 74,9% pela Electricidade dos Açores, S.A. e em 25,1% pela Novabase Business Solutions.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2026. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Globaleda, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A., com sede na Rua Francisco Pereira Ataíde n.º 1, consolidação integral.

A Resolução do Conselho de Governo nº 154/2025, de 17 de novembro de 2025, autorizou aos accionistas EDA – Eletricidade dos Açores, S.A. e EDA Renováveis, S.A., a dar início aos procedimentos de alienação de totalidade das participações sociais detidas da Globaleda.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Globaleda, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e

futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.21.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, preparadas no pressuposto da continuidade das operações, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, e considerando as atividades de operação e manutenção relativas a contratos existentes, bem como os projetos da área dos sistemas de informação a iniciar ou já em curso contratualizados com a EDA que é também a principal acionista, bem como as projeções de fluxos de caixa de curto prazo, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da GLOBALEDA e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam saldos em moeda estrangeira para os quais fosse necessário efetuar a conversão.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 10 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 a 8 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 4 a 16 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis são efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos resultados, rubrica de Outros gastos ou Outros rendimentos.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A GLOBALEDA reconhece como ativos intangíveis os montantes despendidos com software adquirido a terceiros, bem como os custos de parametrização incorridos.

A GLOBALEDA valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada. A GLOBALEDA não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

3.4. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil indefinida estão sujeitos a depreciação/amortização por um período de 10 anos e, são objeto de testes de imparidade anuais quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável. Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A GLOBALEDA classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, créditos a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Globaleda classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A Globaleda avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Globaleda reconhece uma perda por imparidade na Demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.6. Inventários

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. Subsequentemente os inventários são valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor de realização líquido. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

Em 19 de novembro de 2015, foi acordado que a gestão de inventários das lojas fosse assumida diretamente pela Vodafone.

3.7. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. Os ajustamentos por imparidade referentes a dívidas de terceiros, designadamente Clientes, são constituídos tendo em conta critérios comerciais de avaliação dos riscos efetivos de cobrança, identificados no final de cada período. As perdas por imparidade dos clientes e outros créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

O montante de perda por imparidade para um instrumento mensurado ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro original efetiva do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica

Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.9. Capital

O capital estatutário da empresa corresponde às ações ordinárias emitidas. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.10. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A GLOBALEDA classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, dívidas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.).

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.11. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a GLOBALEDA possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 14,00%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no Balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

A taxa de imposto utilizada para o cálculo do imposto diferido à data de balanço do período findo em 31 de dezembro de 2025 é de 13,82%, em 2024 foi de 15,58%, taxa de imposto definida para o Grupo EDA.

3.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a GLOBALEDA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a GLOBALEDA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.14. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a Globaleda detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise

de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Globaleda não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Globaleda tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.15. Subsídios e apoios do Governo

A GLOBALEDA reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.16. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.17. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da GLOBALEDA. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a GLOBALEDA; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

O rédito reconhecido pela GLOBALEDA resulta:

- i) das comissões obtidas da Vodafone decorrentes da venda de pacotes de comunicações, cartões e ativações;
- ii) da prestação de serviços de operação e manutenção de redes de telecomunicações. O rédito é reconhecido com base na percentagem de acabamento;
- iii) da prestação de serviços de consultadoria, desenvolvimento e operações de sistemas informáticos.

3.18. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da GLOBALEDA é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.19. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

3.20. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a GLOBALEDA tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

Dada a atividade da GLOBALEDA e de acordo com a legislação vigente, considera-se não existir passivos ambientais relevantes a registar nas demonstrações financeiras.

3.21. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da GLOBALEDA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

3.21. Estimativas contabilísticas relevantes

3.21.1. Provisões

A GLOBALEDA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos,

quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.21.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

3.21.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da GLOBALEDA, tais como: i) a disponibilidade futura de financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.21.4. Rédito - Percentagem de acabamento

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

3.22. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

4. Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A GLOBALEDA não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os períodos apresentados.

4.2 - Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa	755	930
Depósitos à ordem	373 339	1 791 53
Depósitos a prazo	200 000	1 000 000
	<u>574 094</u>	<u>1 180 084</u>

Os valores acima foram os considerados para efeitos da elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

O depósito a prazo foi constituído a 22 de dezembro de 2025 por um período de 18 dias à taxa de 1%. Sendo um produto exclusivo para clientes empresariais, pode ser mobilizado antecipadamente com penalização total do juro relativo ao montante mobilizado. .

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Empresa.

5.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela GLOBALEDA para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

A GLOBALEDA não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores

6. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 os movimentos registados em rubricas dos Ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Investimentos em curso	Total
1 de janeiro de 2025								
Custo de aquisição	1 70 826	798 840	75 239	469 732	378 631	89 701	-	1 982 968
Depreciações acumuladas	-	(301 179)	(75 113)	(433 425)	(282 698)	(75 523)	-	(1 167 938)
Valor líquido	1 70 826	497 661	127	36 307	95 934	14 178	-	815 032
Movimento de 2025								
Adições	-	-	-	56 530	6 192	4 850	-	67 572
Alienações	-	-	-	(51 542)	-	-	-	(51 542)
Transferências e abates	-	-	(1 901)	-	(80 939)	(34 194)	-	(117 034)
Depreciação - período	-	(1 7 128)	(38)	(22 945)	(27 108)	(5 898)	-	(73 118)
Depreciação - alienações	-	-	1 901	51 542	80 939	34 194	-	168 576
	1 70 826	480 533	90	69 892	75 019	13 130	-	809 487
31 de dezembro de 2025								
Custo de aquisição	1 70 826	798 840	73 338	474 720	303 884	60 356	-	1 881 964
Depreciações acumuladas	-	(31 8 307)	(73 249)	(404 829)	(228 868)	(47 226)	-	(1 072 478)
Valor líquido	1 70 826	480 533	89	69 892	75 017	13 130	-	809 487

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 os movimentos registados em rubricas dos Ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Investimentos em curso	Total
1 de janeiro de 2024								
Custo de aquisição	1 70 826	798 840	1 07 646	462 521	378 450	82 392	14 277	2 014 950
Depreciações acumuladas	-	(284 051)	(96 852)	(432 073)	(260 929)	(71 502)	-	(1 145 407)
Valor líquido	1 70 826	514 789	10 795	30 448	117 522	10 889	14 277	869 547
Movimento de 2024								
Adições	-	-	-	27 090	8 635	7 309	13 444	56 478
Alienações e abates	-	-	(32 407)	(19 879)	(8 454)	-	-	(60 740)
Transferências	-	-	-	-	-	-	(27 720)	(27 720)
Depreciação - período	-	(17 128)	(1 381)	(21 231)	(27 670)	(4 021)	-	(71 430)
Depreciação - alienações	-	-	23 119	19 879	5 900	-	-	48 898
	1 70 826	497 661	128	36 307	95 935	14 178	-	815 032
31 de dezembro de 2024								
Custo de aquisição	1 70 826	798 840	75 239	469 732	378 631	89 701	-	1 982 968
Depreciações acumuladas	-	(301 179)	(75 112)	(433 425)	(282 698)	(75 523)	-	(1 167 937)
Valor líquido	1 70 826	497 661	127	36 307	95 933	14 178	-	815 032

As adições verificadas no presente exercício referem-se, essencialmente, a equipamento de transporte no âmbito da renovação da frota automóvel e equipamento informático.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existem ativos dados com garantia/penhora.

7. Ativos intangíveis

O valor dos ativos intangíveis registados pela GLOBALEDA referem-se a programas de computador. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A 1 de janeiro		
Custo de aquisição	66 401	38 680
Amortizações acumuladas	<u>(39 605)</u>	<u>(27 904)</u>
Valor líquido	<u>26 796</u>	<u>10 776</u>
Adições	-	27 720
Amortização - período	<u>(11 395)</u>	<u>(11 701)</u>
	<u>15 400</u>	<u>26 796</u>
31 de dezembro		
Custo de aquisição	66 401	66 401
Amortizações acumuladas	<u>(51 001)</u>	<u>(39 605)</u>
Valor líquido	<u>15 400</u>	<u>26 796</u>

8. Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se, essencialmente, à participação no Fundo de compensação do trabalho em instrumentos de capital, sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa e apresenta a seguinte decomposição:

Outros investimentos	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fundo de compensação do trabalho	<u>20 950</u>	<u>20 950</u>
	<u>20 950</u>	<u>20 950</u>

9. Ativos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no Balanço pelo seu valor bruto. O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	(111 782)	(5 680)
	<u>(111 782)</u>	<u>(5 680)</u>

O movimento ocorrido na rubrica de Ativos por impostos diferidos, que se refere a prejuízos fiscais reportáveis e a imparidade de clientes não aceite fiscalmente, resume-se como segue:

	<u>Ativos por imposto diferido</u>
A 1 de janeiro de 2024	117 462
Reversão por resultados	(91)
Efeito correção taxa	(5 589)
Movimento do período	<u>(5 680)</u>
A 31 de dezembro de 2024	<u>111 782</u>

	<u>Ativos por imposto diferido</u>
A 1 de janeiro de 2025	111 782
Reversão por resultados	(111 782)
Movimento do período	<u>(111 782)</u>
A 31 de dezembro de 2025	<u>-</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a empresa desreconheceu os ativos por impostos diferidos para o prejuízo fiscal por existirem incertezas quanto à sua recuperabilidade em exercícios futuros.

O montante de prejuízos fiscais acumulados que se encontram disponíveis para utilização decompõem-se da seguinte forma:

	<u>Montante</u>
Prejuízos fiscais reportáveis	
- ano 2022	59 722
- ano 2023	738 221
- ano 2024	924 489
- ano 2025	592 970

O Orçamento de Estado aprovado para 2023, coloca fim à limitação temporal para reporte de prejuízos fiscais.

10. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Telemóveis	11 599	25 257
Acessórios	2 666	3 127
Equipamento informático	2 481	3 073
Equipamentos rádio	1 40 031	11 4 111
	<u>1 56 778</u>	<u>1 45 568</u>
Matérias em trânsito	17 590	18 674
	<u>1 74 368</u>	<u>1 64 241</u>
Imparidade de inventários	<u>(1 4 1 42)</u>	<u>(2 055)</u>
	<u>1 60 226</u>	<u>1 62 187</u>

O custo dos inventários reconhecidos em 2025 como gasto e incluído na rubrica Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 376.852 euros (2024: 741.600 euros) (Nota 21).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a movimentação da imparidade de inventários foi conforme se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A 1 de janeiro	(2 055)	(3 737)
Utilização do ano	2 055	1 682
Constituição do ano	(1 4 1 42)	-
A 31 de dezembro	<u>(1 4 1 42)</u>	<u>(2 055)</u>

11. Clientes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a composição da rubrica de Clientes é como se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Clientes - grupo i)	1 93 505	1 91 499
Clientes - outros ii)	803 213	498 705
	<u>996 717</u>	<u>690 204</u>
Imparidade de clientes	-	-
	<u>996 717</u>	<u>690 204</u>

i) Clientes – grupo: esta rubrica refere-se essencialmente aos saldos do grupo a receber por conta do contrato de manutenção de rede rádio, dos serviços de apoio local aos postos de trabalho e infraestrutura informática, e serviços de licenciamento;

ii) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes das prestações de serviços de telecomunicações e sistemas de informação.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor, sendo de natureza corrente pelo facto de se esperar que os saldos sejam realizados num período inferior a 12 meses.

Os saldos de clientes em 31 de dezembro de 2025 apresentam a seguinte antiguidade:

	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 120 dias</u>	<u>De 121 a 180 dias</u>	<u>De 181 a 360 dias</u>	<u>Mais de 360 dias</u>	<u>Total</u>
Grupo	1 93 175	330	-	-	-	1 93 505
Outros	764 609	4 002	13 490	21 111	-	803 213
	<u>957 784</u>	<u>4 332</u>	<u>13 490</u>	<u>21 111</u>	<u>-</u>	<u>996 717</u>

O movimento das imparidades apresenta-se como se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A 1 de janeiro	-	1 984
Reforço do ano	-	-
Utilização do ano	-	(1 984)
A 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>-</u>

12. Estado e outros entes públicos

No período findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	2025		2024	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre rendimento - IRC	-	4 567	871	-
Impostos sobre rendimento - IRS	-	6 744	-	18 778
Imposto sobre valor acrescentado - IVA	-	70 920	-	37 334
Contribuições para segurança social	-	38 679	-	59 347
	-	1 20 909	871	115 459

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2025	2024
Retenções na fonte	1 357	5 032
Estimativa de IRC (Nota 27)	(5 924)	(4 161)
	(4 567)	871

13. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber é como segue:

		2025	2024
		Corrente	Corrente
Outros devedores			
Caução EDA (Nota 30)	i)	111 115	1 29 137
Outros devedores		26 123	30 080
		137 238	159 217
Adiantamentos a fornecedores		732	7 123
Devedores por acréscimos de rendimentos	ii)		
Prestações de serviços		204 198	1 74 301
Comissões		60 984	83 105
Juros de depósitos a prazo		56	1 25
		265 237	257 531
		403 207	423 871

i) Caução prestada referente ao concurso 20CLPQ-SIRO (Outsourcing informático, em 08/01/2021);

ii) Os valores constantes da rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos referem-se essencialmente à especialização de proveitos referentes a diversos projetos no montante de 204.198 euros (2024: 174.301 euros) e a comissões a receber da VODAFONE no montante de 60.984 euros (2024: 83.105 euros).

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Globaleda tem registado na rubrica de Diferimentos os seguintes saldos:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custos diferidos de serviços a prestar	5 968	37 345
Outros	26 404	27 713
Diferimentos ativos	<u>32 372</u>	<u>65 058</u>
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços a concluir já faturados	21 8 081	186 377
Diferimentos passivos	<u>21 8 081</u>	<u>186 377</u>

Os gastos a reconhecer referem-se a serviços contratados, pagos antecipadamente, como seja o caso dos prémios de seguro e outros gastos associados a serviços a prestar, cuja prestação apenas ocorrerá em períodos subsequentes.

Os rendimentos a reconhecer referem-se a projetos já faturados no período e a concluir em períodos futuros.

15. Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social da Globaleda, no montante de 300.000 euros, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 60.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

	<u>% detida</u>	<u>Número de ações</u>	<u>Capital Social</u>
Electricidade dos Açores	74,9	44 940	224 700
Novabase Business Solutions	25,1	15 060	75 300
	<u>1 00</u>	<u>60 000</u>	<u>300 000</u>

16. Reservas legais e resultados acumulados

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estas rubricas registaram os seguintes movimentos:

	<u>Reservas legais</u>	<u>Outras reservas</u>	<u>Resultados transitados</u>
1 de janeiro de 2024	64 464	500 866	2 995 979
Aplicação do resultado do exercício	-	-	(635 203)
31 de dezembro de 2024	<u>64 464</u>	<u>500 866</u>	<u>2 360 776</u>
Aplicação do resultado do exercício	-	-	(974 488)
31 de dezembro de 2025	<u>64 464</u>	<u>500 866</u>	<u>1 386 288</u>

As Reservas legais, que ascendem a 64.464 euros, só podem ser utilizadas na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

As Outras reservas, que ascendem a 500.866 euros, são compostas por reservas livres resultantes da aplicação de resultados não distribuídos, as quais são distribuíveis aos acionistas, desde que a empresa não tenha prejuízos acumulados de períodos anteriores.

De acordo com a deliberação da Assembleia geral de 31 de março de 2025, o resultado líquido negativo apurado no período de 2024, no montante de 974.488 euros, manteve-se em resultados transitados.

17. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores - grupo (Nota 30)	263 365	89 397
Fornecedores - terceiros	227 467	173 218
	<u>490 831</u>	<u>262 614</u>

O saldo a pagar aos fornecedores - grupo decorre essencialmente da prestação de serviços das áreas administrativas e da cedência de pessoal.

O saldo a pagar aos fornecedores - terceiros é justificado na sua maioria com diversos fornecimentos de prestadores de serviços relativos aos projetos em desenvolvimento pela Empresa na área de infraestruturas de rádio, telecomunicações e sistemas de informação.

18. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores		
Fornec. investimentos - outros	-	32 931
	-	<u>32 931</u>
Outros credores		
Credores diversos	55 403	42 627
Pessoal	2 204	-
	<u>57 607</u>	<u>42 627</u>
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias	252 555	273 708
Outros acréscimos de gastos	i) 323 442	331 337
Juros a pagar - especialização	163	163
	<u>576 160</u>	<u>605 208</u>
	<u>633 767</u>	<u>680 767</u>

i) A rubrica Outros acréscimos de gastos inclui o montante de 219.920 euros, referente à penalização contratual do Outsourcing.

19. Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na Demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Vendas de produtos		
Equipamento informático	292 556	502 972
Equipamento rádio	94 534	257 386
Equipamentos de telecomunicações	59 135	79 213
Acessórios	4 629	3 904
	<u>450 854</u>	<u>843 476</u>
Serviços prestados		
Sistemas de informação	737 391	1 264 044
Manutenção de infraestruturas de telecomunicações	1 467 475	1 386 247
Comissões Vodafone	747 459	781 585
Outros serviços prestados	1 211 9	77 911
	<u>2 964 444</u>	<u>3 509 788</u>
	<u>3 415 297</u>	<u>4 353 262</u>

As Vendas e Serviços prestados são realizadas em território português.

20. Trabalhos para a própria empresa

O detalhe dos trabalhos para a própria empresa para os períodos apresentados refere-se à seguinte natureza de gastos incorridos:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecimentos e serviços externos	-	13 444
	<u>-</u>	<u>13 444</u>

Durante o exercício de 2025 não foram realizados investimentos com recursos próprios, pelo que o saldo desta rubrica, em 31 de dezembro de 2025, é de zero euros.

21. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 demonstra-se como segue:



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Inventários iniciais (Nota 1 0)	1 64 241	21 7 348
Compras	389 033	690 176
Regularização de inventários	(2 055)	(1 682)
Inventários finais (Nota 1 0)	<u>(1 74 368)</u>	<u>(1 64 241)</u>
	<u>376 852</u>	<u>741 600</u>

22. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		<u>2025</u>	<u>2024</u>
Subcontratos	i)	738 326	1 383 116
Rendas e alugueres	ii)	224 304	226 429
Trabalhos especializados	iii)	203 059	1 48 864
Conservação e reparação		44 1 09	46 1 74
Combustíveis		35 767	36 653
Honorários		31 587	32 349
Limpeza, higiene e conforto		23 069	22 175
Comunicações		20 144	22 388
Outros (inferiores a 20.000 euros)		<u>1 24 326</u>	<u>1 21 596</u>
		<u>1 444 692</u>	<u>2 039 744</u>

i) A rubrica de Subcontratos refere-se, essencialmente, à contratação de serviços especializados e materiais incorporados na execução de projetos, e a cedência de pessoal da EDA no montante de 235.767 euros (2024: 321.379 euros);

ii) Rendas e alugueres: respeita ao aluguer das lojas comerciais fidelizadas à imagem Vodafone e à renda do edifício dos serviços administrativos e de apoio incluindo o armazém central;

iii) Os trabalhos especializados incluem maioritariamente os serviços de informática no montante de 114.987 euros (2024: 50.643 euros), serviços de apoio das áreas administrativas prestados pelo acionista EDA no montante de 22.572 euros (2024: 22.572 euros) e os honorários para a revisão legal das contas e auditoria.

23. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal incorridos durante o período de 2025 e 2024 foram como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Remunerações		
Órgãos sociais (Nota 30)	80 355	98 244
Pessoal	1 713 834	1 820 868
	<u>1 794 189</u>	<u>1 919 113</u>
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	41 7 298	438 753
Gastos de ação social	72 449	77 970
Indemnizações	1 394	685
Outros	45 921	51 628
	<u>537 062</u>	<u>569 036</u>
	<u>2 331 251</u>	<u>2 488 148</u>

O número médio de empregados da Empresa em 2025 foi de 71 (2024: 79).

24. Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

		<u>2025</u>	<u>2024</u>
Rendimentos suplementares	i)	239 216	150 562
Ganhos na alienação de outros ativos		19 578	5 085
Outros		6	20 896
		<u>258 800</u>	<u>176 543</u>

i) A rubrica de Rendimentos suplementares inclui a comparticipação atribuída ao valor das rendas suportadas pela Globaleda nas lojas comerciais fidelizadas à imagem da Vodafone.

25. Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Impostos	4 901	4 599
Diferenças cambiais desfavoráveis	547	821
Quotizações	432	732
Sinistros	1 23	-
Dívidas incobráveis	-	33 391
Correções relativas a períodos anteriores	-	4 541
Outros	2 318	116 444
	<u>8 322</u>	<u>160 528</u>

26. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos	8 071	12 709
	8 071	12 709
Juros e gastos similares		
Outros gastos e perdas financeiros	7 442	7 454
	7 442	7 454

27. Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto sobre o rendimento corrente (Nota 12)	5 924	4 161
Imposto sobre o rendimento diferido (Nota 9)	111 781	5 680
	117 706	9 841

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças temporárias à data de balanço do período findo em 31 de dezembro de 2025 é de 13,82%, em 2024 foi de 15,58%, exceto sobre os prejuízos fiscais que se aplica a taxa de 14%.

A reconciliação do montante de imposto sobre o rendimento é conforme segue:



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado antes de impostos	(585 046)	(964 647)
<u>Diferenças permanentes:</u>		
Outros	(7 924)	40 158
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	<u>(592 970)</u>	<u>(924 489)</u>
Matéria coletável	<u>(592 970)</u>	<u>(924 489)</u>
Taxa nominal de imposto	14,00%	14,70%
Tributação autónoma	5 924	4 161
Imposto diferido	<u>111 781</u>	<u>5 680</u>
Impostos sobre o rendimento do exercício	<u>117 706</u>	<u>9 841</u>

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Taxa de imposto	14,00%	14,70%
Derrama	0,00%	0,00%
	<u>14,00%</u>	<u>14,70%</u>

28. Contingências

Passivos contingentes

A GLOBALEDA tem as seguintes garantias bancárias prestadas:

Beneficiário	Objeto	Início	2025	2024
Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos	Manutenção da Rede de Monitorização do Ciclo Hidrológico da R.A.A	2022	5 678	5 678
MOTOROLA Espanha	Caução para prestação de serviços	2003	5 000	5 000
			<u>10 678</u>	<u>10 678</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Globaleda não tinha identificado outros passivos contingentes.

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a GLOBALEDA não tinha identificado quaisquer ativos contingentes.

29. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Globaleda é controlada pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A. que detém 74,9% do capital da empresa. Os restantes 25,1% são detidos pela Novabase Business Solutions.

29.1. Remuneração do Conselho de Administração

Os Órgãos de Gestão da Globaleda foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Remunerações (Nota 23)	80 355	98 244
	<u>80 355</u>	<u>98 244</u>

Os membros dos Órgãos de Gestão da Globaleda não realizaram qualquer tipo de contrato com a empresa para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos aos restantes Órgãos Sociais os seguintes montantes:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fiscal Único	7 500	7 500
	<u>7 500</u>	<u>7 500</u>

29.2. Transações entre partes relacionadas

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas:

Electricidade dos Açores, S.A.

Novabase Business Solutions

Partes relacionadas por via de Acionistas:

EDA Renováveis, S.A.

SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

b) Transações e saldos pendentes

i) Acionistas:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a GLOBALEDA efetuou as seguintes transações com os seus acionistas:

Vendas de produtos e serviços

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Vendas		
EDA- Electricidade dos Açores, S.A	239 956	524 072
	<u>239 956</u>	<u>524 072</u>
Serviços prestados		
EDA- Electricidade dos Açores, S.A	827 329	2 571 954
	<u>827 329</u>	<u>2 571 954</u>

Outros rendimentos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Outros rendimentos		
EDA- Electricidade dos Açores, S.A	75 966	1 616 9
	<u>75 966</u>	<u>1 616 9</u>

Compras de produtos e serviços

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
EDA- Electricidade dos Açores, S.A	397 033	484 747
	<u>397 033</u>	<u>484 747</u>

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos resultantes de transações efetuadas com os acionistas são como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldos devedores		
EDA- Electricidade dos Açores, S.A	174 837	179 937
EDA- Electricidade dos Açores, S.A - Caução	111 115	129 137
	<u>285 952</u>	<u>309 074</u>
Saldos credores		
EDA- Electricidade dos Açores, S.A	262 380	85 167
	<u>262 380</u>	<u>85 167</u>

ii) Partes relacionadas por via de acionistas

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a GLOBALEDA efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

Vendas de produtos e serviços

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Vendas		
EDARenováveis, S.A	9 374	8 116
SEGMA- Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	9 213	188
	<u>18 587</u>	<u>8 304</u>
Serviços prestados		
EDARenováveis, S.A	11 941	23 069
SEGMA- Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	-	6 224
	<u>11 941</u>	<u>29 293</u>

Outros rendimentos

Outros rendimentos	2025	2024
EDARenováveis, S.A.	22 817	-
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	-	-
	<u>22 817</u>	<u>-</u>

Compras de produtos e serviços

	2025	2024
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	29 229	9 306
	<u>29 229</u>	<u>9 306</u>

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas por via de acionistas são como segue:

	2025	2024
Saldos devedores		
EDARenováveis, S.A.	18 668	11 562
	<u>18 668</u>	<u>11 562</u>
Saldos credores		
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	984	4 230
	<u>984</u>	<u>4 230</u>

30. Políticas de gestão de Risco

Esta nota apresenta a informação relativa à exposição da Empresa a cada um dos riscos financeiros, bem como os seus objetivos, políticas e práticas para a mensuração e gestão desses riscos, e a gestão de fundos da Empresa em geral. Ao longo das presentes demonstrações

financeiras, são apresentadas divulgações de cariz quantitativo que complementam esta informação.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Empresa. Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos que a Empresa enfrenta, para definir limites de risco e controlos adequados e para monitorizar a evolução desses riscos e a aderência da Empresa aos limites que se autoimpôs. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às atividades da Sociedade.

a) Risco de crédito e liquidez

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes principalmente do incumprimento de um cliente relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com a Empresa no âmbito da sua atividade. Esta exposição ao risco de crédito prende-se, essencialmente, com os saldos a receber decorrentes da sua atividade operacional e é influenciado pelas características individuais de cada cliente.

É efetuada uma gestão permanente das carteiras de clientes e dos saldos devedores em aberto. Esta abordagem é complementada pelos procedimentos de cobrança.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito dos devedores da Empresa, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobabilidade, é efetuado regularmente. Os ajustamentos para saldos a receber são estimados em função das perdas estimadas na carteira, tendo por base uma análise de cada uma das posições em aberto à data da análise.

Para além dos saldos a receber de clientes, também a gestão de fundos monetários geridos pela empresa no âmbito da sua atividade de gestão de tesouraria pode expor a Sociedade ao risco de crédito.

31. Disposições legais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

32. Eventos subsequentes

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras o Conselho de Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

Assinado por: **Paulo Jorge da Costa André**
Num. de Identificação: 10291841
Data: 2026.03.16 14:08:43-01'00'

Paulo Jorge da Costa André

Assinado por: **Fábio Alexandre Costa**
Num. de Identificação: 12944359
Data: 2026.03.16 14:18:58-01'00'

Fábio Alexandre Costa

Assinado por: **Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda**
Num. de Identificação: 06566433
Data: 2026.03.16 14:32:05-01'00'

Maria Conceição Costa Pimentel V. Arruda

O Contabilista Certificado

Assinado por: **Catarina Isabel Raposo**
Num. de Identificação: 13275751
Data: 2026.03.16 13:23:09-01'00'

Catarina Isabel Raposo



Anexos

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Certificação Legal de Contas

Relatório de Auditoria

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores acionistas,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo da **GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.** (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

Audit | Tax | Consulting

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 16 de março de 2026

Assinado por: **Manuel Luís Fernandes Branco**
Num. de Identificação: 07802474
Data: 2026.03.16 19:05:12-01'00'

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

Manuel Luís Fernandes Branco

(n.º 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 3.012.454 euros e um total de capital próprio de 1.548.866 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 702.752 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

Audit | Tax | Consulting

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas

demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento à alínea e) do número 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 16 de março de 2026

Assinado por: **Manuel Luís Fernandes Branco**
Num. de Identificação: 07802474
Data: 2026.03.16 19:02:08-01'00'

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

Manuel Luís Fernandes Branco

(n.º 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Globaleda – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um ativo total de 3.012.454 Euros e um total de capital próprio de 1.548.866 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 702.752 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Base para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Globaleda – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica “Ativos Fixos Tangíveis”, no montante líquido de 809.487 Euros (815.032 Euros em 31 de dezembro de 2024), respeita, essencialmente, aos ativos afetos à atividade operacional da Entidade, os quais, verificando-se resultados operacionais negativos nos últimos três exercícios, redução significativa de atividade operacional no exercício de 2025 e anteriores, bem como perspectivas incertas quanto ao futuro da atividade da Entidade a médio prazo, apresentam indícios de perdas por imparidade por reconhecer. Contudo, não obtivemos um teste de imparidade relativamente a estes ativos com referência a 31 de dezembro de 2025. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto aos eventuais efeitos deste assunto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.

Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 16 de março de 2025



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Cidália Duarte Pedro, ROC
Registo na OROC n.º 2130
Registo na CMVM n.º 20240002